



Fórum Municipal de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de Florianópolis

Fórum Municipal de Usuários do SUAS de Florianópolis

Carta aberta em defesa da vida

Nestes primeiros meses do ano de 2021, como resultado da inoperância, ineficiência e negacionismo dos gestores políticos na esfera federal, estadual e municipal chegamos ao quadro de colapso da capacidade assistencial da rede de saúde quanto às respostas necessárias ao enfrentamento da Pandemia Covid-19. O terrível cenário em que nos encontramos, mais de 300 mil mortes no país, resulta, portanto, da **deliberada e sistemática omissão destes agentes**. Em Florianópolis, município em que, de acordo com os dados oficiais igualmente assistimos a saturação dos leitos de UTI (96,22% de taxa de ocupação), e conta-se mais de 73 mil infectados e 545 óbitos, não seria diferente¹.

É preciso que estes agentes políticos, em suas distintas esferas de responsabilidade, sejam nomeados e chamados a responder publicamente por suas ações. Esta tarefa se impõe a todos que, como nós, incluem-se entre aqueles que, neste momento, atuam de forma incansável e intransigente em defesa da vida, em todos os espaços em que estivermos.

Tendo em vista nossa responsabilidade setorial, o compromisso com a defesa de direitos sociais e participação dos trabalhadores, trabalhadoras e usuários na condução da Política de Assistência Social, **manifestamos neste documento nossa inconformidade com o modo pelo qual a gestão municipal, na representação da Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Maria Claudia Goulart da Silva, tem se omitido quanto à implementação de medidas necessárias à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social do Município, e por conseguinte, à adequada prestação dos serviços socioassistenciais em nossa rede.**

Em decorrência da precariedade ou mesmo inexistência de outras políticas setoriais em Florianópolis, notadamente Habitação, Trabalho e Renda e Segurança Alimentar e Nutricional, acelera-se a produção do agravamento de vulnerabilidades sociais, bem como o mergulho massivo de um enorme contingente de famílias em um estado de pobreza extrema que, dada a inexistência de respostas governamentais efetivas, parece sem remissão. Quanto a isto, diante do agravamento da crise que vivenciamos, a gestão municipal demonstra patente incapacidade de incidir no fortalecimento das redes de proteção social.

As famílias usuárias do SUAS reivindicam direitos e, nesta carta, denunciam a morosidade no atendimento em suas necessidades básicas, como é o caso do atendimento do Cartão Calamidade, que deveria ser concedido de forma contínua e simplificada. Reivindicamos a instauração da Renda Básica Cidadã! Nós, as famílias usuárias do SUAS, denunciaremos o desmonte de serviços tipificados da Assistência Social, e a opção feita por esta Secretaria pela terceirização destes serviços para a iniciativa privada!

Este deliberado desmonte dos serviços socioassistenciais tipificados verifica-se, para ficarmos com apenas um exemplo, nos serviços direcionados a População em Situação de Rua, como é o caso do “Resgate Social” e das ações promovidas pela DOA (Defesa, Orientação e Apoio), essa curiosa *parceria* composta, entre

¹ Dados acessados em 23/03/2021 e disponíveis em <https://covidometrofloripa.com.br/>.



outros atores, pela Câmara Dirigente Lojistas (CDL), Órgãos Policiais e ... Secretaria Municipal de Assistência Social!

Estas abordagens agridem, sistematicamente, a dignidade das pessoas em situação de rua, tomando seus pertences, incinerando-os, ou descartando-os no lixo. É isto o SUAS?

Neste cenário de colapso econômico e crise sanitária, os trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social de Florianópolis são ainda mais intensamente demandados, sem que possam contar com a adequada resposta governamental em termos das prestações ofertadas, ou mesmo suporte e apoio da gestão tendo em vista suas necessidades em saúde diante de contextos disparadores de processos de adoecimento no trabalho.

De outro lado, a gestão municipal prioriza redes de serviços voluntários, notadamente, a rede SOMAR FLORIPA, presidida pela primeira dama do município. Ao insistir em relançar e aderir aos fundamentos de um clientelismo histórico e regressivo, que constitui a trajetória da qual precisamos nos desvencilhar, **a gestão municipal faz uma escolha que se contrapõe, de maneira inegável, à consolidação da Assistência Social como política de direitos**, fruto de tantas lutas.

Muito embora a situação da pandemia faculte a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao combate da pandemia da COVID 19, abra espaço para suplementações orçamentárias, dispense compromissos de pagamento de dívidas e cumprimento da Lei de Responsabilidade fiscal, assim como possibilite o recrutamento e contratação de pessoas, **as equipes permanecem incompletas, não atendendo sequer o mínimo previsto pela NOBRH**. À isto soma-se a precariedade estrutural dos serviços - que são ofertados em imóveis sem condições adequadas de salubridade, uma vez situados em imóveis residenciais alugados e sem acessibilidade – e ausência de adequações mínimas de ergonomia, já que trabalhamos com mobiliário e equipamentos de doação, isto é, **descarte de outros órgãos públicos**.

Neste cenário de **superexploração do trabalho** se torna evidente a constatação de que processos de adoecimento são desencadeados em decorrência das pressões impostas por contextos de trabalho precarizados, como os presentes na rede SUAS do município. Em especial, neste momento de enfrentamento da pandemia, estes efeitos emergem com maior intensidade e, portanto, devem ser abordados como resultantes do trabalho social desenvolvido nestas condições. Não se trata, por exemplo, da indicação de opções de tratamento e acompanhamento psicológicos privados, como a que é feita no protocolo consolidado por esta gestão, o que seria tão somente um modo de responsabilização individual dos trabalhadores e trabalhadoras, mas da **necessidade de reconhecimento da obrigação de gestão em oferecer cuidado coletivo ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, considerando esta precarização das condições de trabalho como o principal agravante destes processos de adoecimento**.

Estas considerações foram partilhadas pelo FMTSUAS com a gestão municipal, no âmbito do que deveria ter sido o Comitê gestor da crise, de caráter participativo, tendo em vista a consolidação do protocolo da Assistência Social para o enfrentamento à Pandemia Covid-19. No entanto, diante do esvaziamento da possibilidade de efetiva deliberação conjunta, uma vez que nos reservavam apenas o papel de subscritores de decisões governamentais prévias, não vimos outra possibilidade além de nos retirarmos. Causa-nos surpresa que este protocolo fantasioso seja considerado, de algum modo, referência para este contexto de pandemia. Este protocolo é uma peça de publicidade. **A análise concreta, da situação concreta, nos informa que são os trabalhadores e trabalhadoras, em suas equipes, a partir de articulação entre seu compromisso ético-político, sua formação teórico-metodológica e seus dispositivos técnicos-operativos os responsáveis**



pela criação de alternativas locais e modos de funcionamento tendo em vista a necessidade de atendimento às questões postas por seu cotidianos de trabalho.

No entanto, a inexistência de informações confiáveis para a operacionalização de ações coordenadas contribui sobremaneira para o quadro de agravamento que enfrentamos no aniversário da pandemia. Sem um efetivo Setor de Vigilância Socioassistencial, que hoje conta apenas com uma servidora de carreira em vias de aposentadoria, e com isso, sem capacidade de consolidação das informações que facilitem uma leitura adequada do quadro geral, a adequação dos processos de trabalho restam insuficientes diante dos desafios postos ao enfrentamento da pandemia e à garantia de direito dos usuários.

Isto não é fortuito: é projeto. Mesmo uma rápida análise do orçamento da Assistência Social no município é suficiente para que se verifique que estas claras opções de desmonte de políticas públicas correspondem a uma razão governamental.

A confluência da impermeabilidade desta gestão municipal à participação dos trabalhadores no planejamento das respostas da Política de Assistência Social à pandemia, **dado seu caráter centralizador e autoritário, com a inexistência do setor de Gestão do Trabalho**, que seria responsável pela coordenação e comunicação das ações entre nível central e serviços quanto aos determinantes e condicionantes relativos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, somadas ao processo de agravamento das vulnerabilidades relacionais e socioeconômicas das famílias usuárias do serviços, produz um cenário cujos efeitos deletérios já se fazem sentir de forma muito evidente: em curso, **o processo de adoecimento das equipes.**

A pandemia perdura, e sua duração e desfecho são incertos. Mesmo com a inclusão na estrutura da Prefeitura de um órgão responsável pelo voluntariado, com atribuições de Secretaria (organograma, cargos bem remunerados e assessores diversos) os voluntários se tornam escassos, diante do cansaço e da gravidade da situação. Mais do que nunca, torna-se evidente o fato de que os verdadeiros agentes mediadores da garantia das seguranças alicerçadas pela Política de Assistência Social são os servidores públicos efetivos - o fazem com compromisso e com o melhor de suas habilidades. **É com estes trabalhadores e trabalhadoras que a população efetivamente conta neste momento!**

No entanto, sem o suporte adequado, e o pronto atendimento destas necessidades mínimas para a continuidade do trabalho necessário, os processos de adoecimento a que mencionamos apenas se agravarão. Diante de estafa profissional, não temos como recorrer a férias em Cancun. Como de costume, serão os usuários a pagar por mais esta escolha política da gestão. Excetuado o acertado *lockdown* no primeiro momento da pandemia, estas escolhas revelam uma racionalidade que **deixa a sociedade à sua própria sorte, e desmoraliza os agentes públicos** - dano difícil de reparar, dado o descrédito que resulta de tal processo de desresponsabilização pública.

Finalmente, o sintoma da não inclusão dos trabalhadores da Política de Assistência Social como público prioritário para vacinação desnuda a total desarticulação intersetorial, que seria imprescindível para o enfrentamento da Pandemia. **É o signo da absoluta desconsideração desta gestão pela vida dos trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social no município!** Essenciais para trabalhar, mas descartados em relação a proteção de nossa saúde.

Dado o caráter essencial de suas atividades, exigimos o reconhecimento da prioridade dos trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social no plano de vacinação municipal! Exigimos um compromisso público com a garantia deste direito!

Enquanto a escolha dos gestores públicos se coadunarem com os interesses do capital, o empresariado que não se importa com vidas, e sim com a acumulação de riquezas que tem como fiador o Estado Brasileiro,



temos certeza do agravamento da crise pandêmica, o acúmulo de mortes e a desintegração dos serviços públicos.

Em cada cidade, em cada bairro do país, famílias sofrem perdas irreparáveis. Estas perdas seriam evitáveis, dado o conjunto de medidas comprovadamente efetivas para o enfrentamento da pandemia- vacinas, medidas de distanciamento e proteção, lockdown. Para cada uma destas medidas, há agentes responsáveis, cuja incidência poderia promover a defesa da vida.

É momento de que em cada cidade e cada bairro os gestores sejam chamados à sua responsabilidade, sob o peso da infâmia por sua omissão.

Sem perdão, nem esquecimento.

Ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, nossa solidariedade:

Vacinação imediata de toda população!

Florianópolis, 23 de Março de 2021.